

CINEMATECA PORTUGUESA–MUSEU DO CINEMA  
JOSÉ MÁRIO BRANCO – A MORTE NUNCA EXISTIU  
23 de abril de 2022

# A CONFEDERAÇÃO – O POVO É QUE FAZ A HISTÓRIA / 1977

Um filme de Luís Galvão Teles

**Realização:** Luís Galvão Teles / **Argumento:** Amadeu Lopes Sabino e Luís Galvão Teles (poemas de Jorge Cortez) / **Fotografia:** Elso Roque / **Montagem:** Clara Diaz-Bérrio / **Direcção Artística:** Carlos Neves / **Música:** José Mário Branco, Sérgio Godinho, Fausto / **Som:** João Diogo / **Interpretação:** Margarida Carpinteiro (Maria), Carlos Cabral (António), Ana Zanatti (locutora), Artur Semedo (general), Luís Santos (juiz), Jorge Vale (cardeal), Santos Manuel (repcionista), Constança Navarro (velha), Ricardo Paes (apresentador), Orlando Costa (pintor), Ira Ruivo (Alice).

**Produção:** Leonel Brito – Cinequanon / **Cópia:** da Cinemateca Portuguesa–Museu do Cinema, 16mm, cor, 107 minutos / **Estreia:** Apolo 70, 15 de Setembro de 1978.

---

O subtítulo que Luís Galvão Teles põe ao filme que veremos esta noite é de certo modo irónico: "O Povo é que faz a História" só pode ser entendido no âmbito de *A Confederação* como uma espécie de antífrase, pois o que é veiculado pelo argumento do filme leva-nos justamente à conclusão oposta. De resto, o *slogan* inúmeras vezes reiterado é claramente sintomático: "o povo obedece". A exigência é, nesta "ficção científica", algo que só transita de cima para baixo; o inverso está fora de questão, pois tal processo equivaleria a uma postura revolucionária no interior da sociedade sinistra que o filme constrói. "Sinistra"... mas não no sentido etimológico ("esquerda"); o próprio filme - esse sim - é assumidamente um filme de esquerda, que extrai da criação de uma ficção totalitária um veículo eloquente para contrapor uma mensagem política. Neste ponto, **A Confederação** é uma obra representativa da época em que foi concebido: pertence claramente à categoria "cinema de Abril" e pode ajudar-nos a enquadrar alguns traços distintivos que caracterizam esse "género" cinematográfico.

Em primeiro lugar, o aproveitamento de material documental: as manifestações populares, os militares e políticos do período e outras imagens célebres que deram rosto à Revolução surgem incrustados sob a forma de documentário na ficção propriamente dita. Logo de seguida, o ideário de esquerda que tanto a metragem documental como a ficção cinemática pretendem veicular, ideário que tende para zonas mais ou menos marxistas. Em terceiro lugar, uma certa indefinição ao nível propriamente estético, apanágio em certa medida dos "filmes de Abril", a ponto de ficarmos com a sensação geral de a orientação ideológica ter assumido para os realizadores uma importância tão vincada que o lado "artístico" do projecto ficou secundarizado.

Em relação ao filme que agora nos ocupa, estas componentes são todas elas por demais sensíveis, mas haverá talvez uma circunstância mitigadora no que concerne a terceira, visto que Galvão Teles se distanciou dos caminhos já trilhados ao compor um conjunto que toma como centro uma realidade "inventada": a dita Confederação do título, que ganha aqui foros de ficção científica em virtude de imaginar um estado totalitário inspirado, em parte, por Orwell, mas não menos reminescente de **Alphaville** de Jean-Luc Godard. No entanto, a ficção não é tão abrangente como nas duas obras trazidas à colação: Galvão Teles queda-se num conjunto reduzido de estereótipos mais ou menos previsíveis, apostando mais num desenrolar de sequências tipo *sketch* do que no desenvolvimento consequente da realidade inventada (os vários noticiários televisivos prestam aqui um testemunho significativo).

Também não é clara a função desempenhada pelas personagens principais (interpretadas por Margarida Carpinteiro e Carlos Cabral). Tirando a utilização desconcertante da nudez da protagonista (qual será a finalidade?!), nota-se uma certa precaridade imaginativa ao nível da construção das personagens: o argumento parece querer apontar para a desarticulação das figuras humanas no mundo de gelada tecnologia que as rodeia, mas essas figuras surgem incontornavelmente "desumanizadas", mais pela ausência de caracterização dramática do que pela influência nefasta da "máquina infernal" que é o estado totalitário.

Dos elementos que aqui apontámos poderá ressaltar a ideia de que **A Confederação** não é um filme inteiramente conseguido; nisto, caberá à indefinição de objectivos estéticos a responsabilidade maior, embora se deva acentuar em abono do trabalho de Galvão Teles (como tentámos fazê-lo) a opção por um registo narrativo exigente (a ficção científica), que acarretou dificuldades para as quais **A Confederação** não encontrou as soluções ideais. No entanto, é um filme que vale como documento de uma época e como tentativa de instaurar novos códigos no cinema português, mérito que ninguém lhe pode retirar.

Frederico Lourenço

---

Texto originalmente escrito antes da entrada em vigor do novo Acordo Ortográfico